

FOLHA POLITICA E LITTERARIA.

—SUBSCREVE-SE A 2\$500 RS. POR TRIMESTRE (13 NUMEROS) E VENDE-SE CADA FOLHA AVULSA A 200 RS. NESTA TYP.

SABBADO 5 DE FEVEREIRO.

MARANHAO TYPOGRAPHIA DA TEMPERANCA, IMPRESSO POR MANOEL PEREIRA RAMOS, NA RUA FORMOSA CAZA N. 2.

EXTERIOR.

INGLATERRA

O DEFICIT, SIR ROBERT PEELE E AS CAUSAS DA CRISE MONETARIA.

—O ministerio whig começou já a realisar as esperanças que habitualmente o acompanhão em materia de finanças. O primeiro anno de sua administração é assignalado pela reaparição do deficit. Esta palavra de mão agouro parece grudar-se á sua bandeira como uma divisa indelevel. Os whig terão muita vivessa, muito talento, muita coragem; mas ha um lado por onde sempre peccaõ, o do orçamento. Tem muitas ideas em tudo, menos em objecto de renda; neste particular são completamente nullos. Entrão para o poder cheios de força e de boa vontade; acredita-se que vão mudar a face das cousas; desgraçadamente mudão a á sua moda, isto é, quando entrão por uma porta, sabe a renda publica pela outra. O orçamento nunca pode estar em equilibrio quando os whigs se achão no ministerio; dir-se-hia que lhe mettem medo. Aponas tomão conta do governo, desce o rendimento da alfandega desce as rendas internas, desce tudo, o assim continuão as cousas até que elles mesmos desçam do poder.

Os ultimos balancetes da renda apresentão esta particularidade em toda a sua nudez. E' a primeira vez desde 1842 que os membros do thesouro se achão na obrigação de declarar que, não sendo a receita igual á despesa, não podem applicar somma alguma á amortisação da divida. Eis-aqui o que se chama o ideal de um orçamento whig. O que constitue a força de sir Robert Peel é a confiança que nelle tem a cidade. Estando elle no poder, sabe-se sempre o que se deve esperar. Ou seja felicidade ou habilidade, o que é certo é que o seu nome anda associado á idea do equilibrio no orçamento, da ordem nas finanças, da prosperidade na renda. Seria isto muito em todos os paizes, na Inglaterra é tudo. Em 1841 estava o thesouro inglez em estado desesperado; é chamado sir Robert Peel para a cabeciera do doente, toma-lhe o pulso e administra-lhe o *income tax*; John Bull melhora a olhos vistos, ganha forças e engorda e passados dois annos goza perfeita saude. Mas o ingrato passa a segundas nupcias, vai gazear com lord John Russell, e desfinha de dia em dia até chegar ao estado em que hoje o vemos.

Estas reiteradas experiencias fizerão de sir Robert Peel o homem necessario o homem orçamento por excellencia. Com razão ou sem ella, a alta ou a baixa acompanha a sua entrada ou a sua saída,

Todos sabem que ha umas rãs verdes que servem de barometro, que se mettem debaixo d'agua quando está para chover e que vem a luz do dia quando o sol está para apparecer. Sir Robert Peel é a rã verde da Inglaterra. Quando desaparece, faz máo tempo como hoje; mas quando mostra a cabeça, reaparece o sol, a cidade veste os trajes domingueiros, e um sorriso radiante assoma as faces dos banqueiros e dos *aldermen*.

E vede por isso o interesse que excitão todos os seus passos. Ha dias foi jantar a Liverpool com o chefe da municipalidade e com os primeiros negociantes daquela praça. Esse jantar pôz toda a Inglaterra em commoção; agita-se a praça e dirigem-se todos os olhares para o norte donde deve vir a luz. Esse homem, hoje fóra dos negocios publicos, que se esquivava o mais que pode, esse simples proprietario que se recolheu a seus lares, e que tranquillo passa o tempo a dar lições de agricultura aos seus renteiros, não pôde dar um passo nem pôr o pé fóra de casa sem que o mundo bancal e commercial estremeça, se interrogue e diga: "Qual é a sua opinião a respeito da crise? Que dirá elle? Terá meios? Terá uma receita?" A attenção e a anxiedade de todos pendito de seus labios. Em Liverpool, no centro mesmo da crise commercial, no meio do estridor das quebras que chitão umas sobre outras, poderá elle deixar de fallar? Ah! o oraculo veio, vio e calou-se!

Contudo se o honrado baronet julgou que podia safar-se sem dizer palavra, enganou-se. Sir Robert Peel passa por tor sempre um segredo, mas em geral não o revela. Disse-se outr' ora que, quando se via no meio dos whigs, abotoava a casaca e mettia as mãos na algebeira para não ser roubado. Parece que desta vez quiz desabotoar-se. Estes pobres ministros whigs, que andão a dar com a cabeça pelas paredes, agarratão o não o largarão em quanto elle não emitto a sua opinião. Na antiguidade, obrigavão-se os oraculos a fallar na idade, media, quanto as imagens dos santos se conservavão surdas aos votos dos fieis, espantavão-as para que se tornassem mais docis. Ha dias esteve a cidade a ponto de metter sir Robert Peel em carcere privado para o obrigar a dar um conselho. Chega a Londres, corre a noticia pela cidade com a rapidez do telegrapho electrico. Peel está em Londres; a praça respira. O ministro da fazenda foi consultar o grande alchimista. Peel disse-lhe a buena-dicha! fallou! soltou a lingua e as mãos dos ministros! Lord John Russell escreve aos directores do banco! Renasce a confiança em um abrir e fechar de olhos, os negocios reasumem a sua marcha ordinaria, e o não

da Inglaterra, que uma lei de ferro conservava fundeada, sulca de novo em seu curso aventureiro esse oceano sem fundo do credito! Como não será omnipotente o homem a quem seus adversarios levantaõ um tal pedestal!

De resto, na actualidade é facil de comprehender que lord John Russell não quizesse dar um passo sem consultar sir Robert Peel. A resolução que em ultima extremidade tomou o ministerio inglez de soccorrer o commercio era tina infracção do acto do parlamento proposto pela administração transacta em 1844 e denominado carta patente do banco. Todos sabem hoje que essa lei, destinada a regular e restringir em justos limites a emissão do papel moeda impunha ao banco de Inglaterra a obrigação de possuir em ouro a representação das suas notas que excedessem á somma de 14 milhões de libras esterlinas. Esta disposição principal da lei de 1844 é que os directores do banco forão autorisados pelo ministerio para violar. Tomou esta medida sob a sua responsabilidade.

A liberdade que se deu ao banco produziu um effeito subito e magico. Dir-se-hia que livrou o commercio inglez de uma especie de estrangulação. O panico acalmou e os negocios tornarão como por encanto a um estado normal. Será uma melhora verdadeira ou será apenas uma surreição galvanica? E' o que saberemos daqui a alguns mezes, e talvez mesmo daqui a algumas semanas.

Tem-se discutido muito sobre as causas da crise commercial em Inglaterra. Uns a attribuem á fome do anno passado, ao desenvolvimento immoderado que se deu ás emprezas de caminhos de ferro e aos abusos da especulação. O organo principal do banco ferio grandemente o orgulho inglez, dizendo num e cruaente que o paiz estava *pobre*. A Inglaterra passou por uma fome, teve de ir buscar a sua subsistencia ao estrangeiro, e individua-se com o universo. Ora, uma nação empobrecida como empobrece um individuo; uma nação é uma collecção de individuos, de homens, mulheres e crianças. Se todos tiverão maiores necessidades, fizerão maiores despesas e contradição mais dividas, a nação representa a sua somma total. Assim ha um anno a esta parte importou a Inglaterra cereas que lhe custarão 35 milhões de libras (214 mil contos). Teve de pagar essa importação enorme em ouro, em notas ou em productos das suas manufacturas. Ora, como a exportação dos artigos de manufactura foi este anno muito menor que o termo medio dos mais annos, a sahida dos capitães e a emissão de bilhetes augmentarão consideravelmente. O ouro foi-se, os bilhetes tornão a entrar no seu vencimento; é, nem mais nem

menos o quarto do hora de Rabelais.

A perturbação que a fome causou ás relações commerciaes podia produzir de per si uma crise; mas houve ainda outra causa. No momento mesmo em que uma calamidade imprevista e irresistivel a feria nas fontes da vida e parecia impôr lhe maior ordem e prudencia, lançou-se a Inglaterra de olhos vendados nas especulações; empregou o capital que lhe restava em empresas improductivas, e continuou as suas operações commerciaes sobre as bases de um credito puramente artificial. Calculou-se, por exemplo, que os accionistas dos caminhos de ferro cotados na praça de Londres tinham ainda de entrar com 100,436,000 libras, e no momento mais forte da crise as companhias exigião ainda entradas de fundos que montavão a perto de 4 milhões de libras por semana. Fez pois a Inglaterra o que faria um simples particular que gastando mais do que a sua renda, e entrando pelo capital, ainda assim se pozesse a edificar palacios e a fazer plantações. No meio dos seus embarracos quiz continuar na marcha que levava, construir, plantar, fazer caminhos de ferro; fez bilhetes, e para paga-los toma emprestado a todo preço. Qualquer que seja a extensão que o governo possa dar ao credito, não augmentará o capital; não passará de um desarranjo introduzido na ordem natural. Todos devem suportar o momento presente como poderem. Os mais fracos succumbirão; mas não teria sido possível salva-los sem sacrificar os outros: o mal ha de seguir os seus tramites; aquelles que abusarão do credito soffrerão o castigo de seus excessos.

Mas entre um povo habituado a manejar tão ousadamente a arma perigosa do credito, esta explicação da crise era demasiadamente simples e tímida para poder ser popular. Era muito mais commo do lançar toda a culpa sobre a legislação, e emprehendeu-se uma cruzada geral contra a carta patente dada ao banco de Inglaterra em 1844 por Sir Robert Peel. Não, dizia-se, o paiz não está pobre; está rico, mais rico que nunca: os seus productos não diminuirão; o que lhe falta, é o meio circulante; é o instrumento, metal ou papel, que serve para a permutação. Este instrumento, podia ministra-lo o banco; podia restabelecer a circulação nas veas do paiz e reanimar esse grande corpo que morre; mas uma lei desapiadada lhe liga as mãos e o condemna a fechar as fontes donde podia sahir a vida e a abundancia.

A lei de 1844 seria realmente tão culpada? Qual era o seu fim, fim especial e unico? O de dominar o papel moeda do paiz, estabelecer o credito sobre bases solidas, fazer que uma nota de cinco libras esterlinas fosse exactamente tão boa como cinco soberanos em ouro. Conseguiu ella esse fim? Os seus defensores respondem ousadamente: sim. Um facto mui notavel é que os bancos, com raras excepções, não tem participado do panico geral que ferio o commercio. Essa lei, objecto de tantos ataques, subtrahio-os forçadamente aos riscos da especulação, livrou-os do jogo. Não era permitido a este ou aquelle banco lançar na circulação uma massa de papel sem valor em detrimento de outro banco mais prudente e mais honrado. Precedentemente cabião as crises á uma sobre o commercio e sobre os bancos. Em 1825,

por exemplo, houve em Londres sete quebras de casas de banco, e nas provincias cento e sessenta e sete. Este anno citão-se apenas alguns bancos que suspendêrão seus pagamentos. As casas que quebrarão eram casas de commercio: tinham-se comprometido em caminhos de ferro, em negocios coloniaes, em especulações arriscadas, das quaes esperavão lucros que não se realisaram; mas no meio dessas quebras numerosas e do panico que dellas resultou, a base da circulação não foi abalada. Na maior força da crise continuarão os bilhetes a valer tanto como o ouro. E o que nunca tinha acontecido, e o que é devido á lei de 1844. Out'ora tinha o mal mais extenso e causava maiores estragos. As quebras dos bancos ferião indistinctamente grandes e pequenos, e os innocentes eram as primeiras victimas. Na crise actual soffrerão sómente aquelles que entrão em especulações commerciaes ou industriaes. Correrão os riscos, mas forão imprudentes, outros forão sómente infelizes; mas enfim aquillo que se pôde chamar publico ficou ao abrigo da tempestade que passou a seu lado sem lhe tocar.

Essa mesma segurança, que solidamente se ligou ao papel dos bancos, veio a ser um argumento para os adversarios do bill de 1844. Pois o banco de Inglaterra tinha em reserva mais de oito milhões esterlinos; as suas notas valião ouro, e ainda assim duvidava-se do seu credito, não se lhe permitia que mettesse na circulação mais dous milhões! Raciocinar assim era esquecer que a primeira condição da segurança do papel do banco era precisamente o limite marcado pela lei á sua emissão. O papel é certamente uma moeda muito commoda; mas qual é a condição que lhe dá o valor de uma moeda verdadeira? É a de poder ser trocada á vista por numerario. Não é senão um signal representativo, o cumpre que possa ser convertido á vontade naquillo que representa. Ora, para que um banco possa assegurar ás suas notas esse valor intrinseco que não tem, é necessario que tenha em reserva em ouro ou prata uma porção do valor representado pelo seu papel. Em França essa proporção é geralmente de um terço. Em Inglaterra o bill de 1844 obriga o banco a ter em deposito uma somma em ouro igual á quantia das notas emitidas que exceder a quatorze milhões. Que base se tomou para esta avaliação? A experiencia. Calculou-se que a circulação das notas do banco da Inglaterra, habitualmente de 20 milhões, não devia descer nunca de 14 milhões, e ficou-se esse algarismo. Um limite é coisa absolutamente necessaria. Se a cada embargo de circulação multiplicarem os bancos as suas emissões, que acontecerá? No caso de haver simplesmente um panico, o soccorro dado á facilidade dos trocos poderá reanimar os negocios; mas no caso de haver uma crise real e profunda, essa intervenção nas leis naturaes que regulão a circulação só pode produzir consequências mais desastrosas.

Os defensores da lei do banco dizem com razão que pedir um augmento de emissão do papel em momentos de crise é o mesmo que pedir em iguaes circumstancias, e com uma circulação metálica pura, a alteração da moeda. As duas medidas são da mesma natureza. O erro consiste em pedir ao papel-moeda

outra coisa que não seja o equivalente fiel do metal que representa. O officio de um meio circulante bem ordenado, seja de metal, seja de papel, não é o de substituir o capital quando este se dissipou, e restabelecer a confiança quando esta se perdeu; é simplesmente o de ministrar aquillo que em todas as circumstancias pôde servir de instrumento de permutação commoda e segura para o commercio. Ora, essa condição, preenche-a a lei de 1844. O banco não soffreu o menor abalo; as suas notas são como o terceiro estado, segundo a expressão do abbadé Sieyès; são hoje o que erão hontem.

E, pois, havia pelo menos exaggeração em querer tornar a lei de 1844 responsavel pela crise commercial. As causas principaes dessa crise são a fome que tornou necessaria uma exportação enorme de ouro, a conversão de um immenso capital fluctuante em capital fixo na construcção de caminhos de ferro, e o desenvolvimento immoderado das transacções commerciaes sobre bases artificiaes de credito. Que as restricções impostas á emissão do papel dos bancos aggravassem a crise, é cousa possível; mas resta saber se não evitarão e não evitão ainda males e catastrophes muito maiores.

Seja porem como for, o clamor publico era tão forte, que o ministerio inglez não lhe pôde resistir. Accumulava-se as quebras, chegavão deputações de Liverpool e mesmo de Londres. Cedou pois o governo. Virão-se os effeitos immediatos desta medida; quanto aos seus effeitos permanentes, é difficil julga-los. É possível que se restabeleça a confiança por algum tempo. A lição, porém, terá sido proficua; o commercio restringirá as suas operações; e quanto aos caminhos de ferro, já se suspendêrão em muitos pontos, e as entradas diminuirão 50 por cento. Assegura-se que sir Robert Peel foi de opinião que se suspendesse o bill de 1844, não que visse nelle a causa dos embarracos commerciaes, mas unicamente porque essa medida provisoria acalmaria o panico, e porque é inutil raciocinar com um panico.

Se o mal era simplesmente um panico, passará; mas se tem causas mais reaes, mais profundas, reaparecerão dentro de pouco tempo, e nesse caso o unico resultado será o de ter-se compromettido mais o Estado, e o de ver-se forçado, em uma nova crise, a estender ainda mais o seu credito ou a restringi-lo subitamente. Terá feito o que fizeram todos, ter-se-ha individuado. Eis o que dizem os alarmistas. O futuro mostrará se seus receios erão fundados.

(Remes das duas Moedas.)
(Jornal de Commercio.)

PARA ANTERES.

Noticia Official.

—Em cumprimento do Aviso Imperial de 28 de Dezembro ultimo expedido pela Secretaria de Estado dos Negocios do Imperio, pelo qual foi communicado á Presidencia que tendo fallecido o Senador por esta Provincia Patricio José de Almeida e Silva, Determinava S. M. o Imperador que na mesma se procedesse a eleição para outro Senador que deve preencher aquella vaga; e do art. 80 Cap. 2.º Tit. 3.º da Lei n. 387 de 19 de Agos-

to de 1846: O Governo da Provincia ordenou o seguinte:

Art. 1.º A reunião das Assembleas Parochiaes em toda a Provincia terá lugar no dia 23 do mez de Abril proximo vindouro; e a dos Collegios Eleitoraes no dia 23 do mez de Maio subsequente; e a apuração geral dos votos pela Camara Municipal d'esta Capital no dia 23 do mez de Julho do anno corrente.

Art. 2.º As Camaras Municipaes logo que a presente ordem receberem a communicação nos Juizes de Paz mais votados do districto de cada Matriz afim de fazerem não só a convocação dos respectivos Eleitores, e Supplentes para a organização das Mesas das Assembleas Parochiaes no sobreredito dia 23 de Abril marcado em o art. 1.º d'esta ordem como o convite a todos os cidadãos activos para darem os seus votos, conforme dispõe o art. 41 da supracitada Lei; devendo as mesmas Camaras Municipaes providenciar para que sejam depois presentes aos Collegios Eleitoraes os livros das actas das Assembleas Parochiaes, os quaes reverterão com promptidão e segurança para o seu archivo, dissolvidos os Collegios.

Art. 3.º Todos os Juizes de Paz Presidentes das Assembleas Parochiaes, tendo recebido a communicação d'esta ordem pela Camara Municipal competente expedirão a referida convocação dos Eleitores, e aos Supplentes, e convite aos Cidadãos activos na forma dos arts. 4.º 5.º 6.º e 41 da Lei, afim de proceder-se a todos os termos da eleição dos Eleitores especiaes, conforme as disposições dos Capitulos 1.º, 2.º, e 3.º Tit. 2.º da Lei—ficando os mesmos Juizes de Paz na intelligencia: 1.º da que os Eleitores convocados deverão ser os antigos, nomeados em 1844, porque os novamente eleitos só se tornam competentes depois de julgada a sua legitimidade pela Camara dos Srs. Deputados, conforme o art. 121 da Lei, ou depois do dia 3 de Maio por então findar a actual Legislatura, conforme o Aviso de 13 de Dezembro ultimo; 2.º que os Cidadãos votantes n'esta eleição primaria serão os contemplados na Lista Geral da qualificação que resultar da revisão d'este anno, visto como o processo d'esta até a conclusão dos trabalhos do Conselho Municipal de Recurso deve de terminar dentro dos primeiros quinze dias uteis do mez de Abril, isto é, a 18 do mesmo, como prescreve o art. 36 da Lei, declarado pelo Aviso de 6 de Abril de 1847 § 2.º, sem embargo dos recursos para a Relação, por não terem estes effeito suspensivo, segundo o art. 38 da Lei; 3.º que si por qualquer causa não existir em poder dos mesmos Juizes de Paz a copia authentica da Lista Geral da qualificação, segundo a revisão d'este anno, e de que trata os artigos 21, 24 e 27 da Lei, deverão elles immediatamente requisitar outra copia authentica ao Presidente da Camara Municipal, o qual lha ministrará quanto antes, passada pelo Secretario, e concertada por qualquer Tabellião.—No caso de se não poder opportunamente apromptar esta copia o Presidente da Camara satisfará a requisição do Juiz de Paz com a remessa do proprio livro da qualificação, sendo responsavel por qualquer embaraço que soffra a eleição pela falta da Lista Geral, necessaria para a chamada dos votantes.

Art. 4.º No processo da eleição Secundaria serão fielmente observadas as disposições dos artigos 81, 122, 125, e as do Cap. 1.º Tit. 3.º da Lei, quanto a installação dos Collegios, cerimonia religiosa, forma das listas, recebimento e apuração destas, expedição das authenticas &c.

Art. 5.º Na apuração geral das authenticas dos Collegios Eleitoraes, será cumprido pela Camara Municipal d'esta Cidade o que se acha determinado em o Cap. 3.º Tit. 3.º da Lei.

—Pelo Vapor Paraense chegado do Pará recebemos noticias de Portugal, que alcançam até 20 de Dezembro, e de mais importante colhemos o seguinte:

—Houverão 5 tremores de terra ultimamente, e o Povo estava atemorizado não fossem estes precursores de algum terremoto.

—Em Lisboa foi demittido o Ministerio em 18 de Dezembro ultimo, sendo os novos empregados:

O Duque de Saldanha—Presidente do Conselho dos Ministros, e Ministros dos Estrangeiros e internamente dos Negocios da Guerra.

O Conselheiro Bernardo Gorgao Henriques—Ministro e Secretario d'Estado dos Negocios do Reino.

O Conselheiro Joaquim Joze de Queiroz—Ministro e Secretario d'Estado dos Negocios Ecclesiasticos.

O Conselheiro Agostinho Albano da Silviera Pinto—Ministro e Secretario d'Estado dos Negocios da Marinha.

O Deputado Joaquim Joze Falcão—Ministro dos Negocios da Fazenda.

(Do Progresso)

CORRESPONDENCIA.

Sr. Redactor.

—Não acostumado na assidua leitura dos jornaes, mal pensava que alguns dos que aqui se publicão, de mim tratassem; mas eis se não quando, e sem o esperar, vem-me ás mãos o *Estandarte* n.º 34, no qual sou mimozendo em um officio, ali inserto, do Dr. Joze Thomaz dos Santos e Almeida, Juiz de Direito da Comarca de Viana, no qual de mistura com a narração despoitosa e exagerada, que faz dos acontecimentos da villa do Mearim, me irroga injurias e calumnias, que bem credoras são do mais completo desprezo, se por ventura tivesse eu de justificar-me para com elle tão somente; porra como devo attensões ao publico, e muitas pessoas não estejam realmente informadas dos successos, que ali occorrerão, cumpre-me referir alguns factos, com os quaes cabalmente refuta se o citado officio.—Diz o Dr. Joze Thomaz—que só depois dos cercos e varejamentos das casas, e das prisões sem as formalidades da Lei, e das ameaças feitas por alguns individuos do termo, e por Joaquim Joze Castanheira e outros paizanos, que desta capital partirão com a furça, é que appareceu o susto, e o terror.—E tal o que para o Mearim fossem paizanos em minha companhia, e só quem como o Dr. Joze Thomaz, estiver tomado de despeito e raiua, pelas sabias providencias tomadas pelo Exm. Sr. Presidente da Provincia para

acantellar em Mearim e Vianna uma degredem (e quem sabe uma nova Bullaiada, tanto nesta Cidade, como em Anajataba; o que se diz, conforme é notorio, porque o proprio Dr. Joze Thomaz fallava muitas vezes no caso de desordem, em incendiar Fazendas e Estabelecimentos do Exm. Sr. Presidente e dos seus parentes), é que: poderá acreditar, que um individuo, como eu, simples cidadão, sem authoridade, ou jurisdicção alguma no lugar podesse derramar o susto e o terror em uma população inteira.—Havia susto e terror, é verdade, na população do Mearim, porem antes do chogarem n'hi as tropas do Governo, provenientes de espancamentos, ameaças e tiros, que prodigalisavão os sectarios do Dr. Joze Thomaz, calculadamente, como se via, e disse-se-me, para atemorizar o partido oposto—afim de não tomar parte nas eleições. Bem conhecido é o Tenente Coronel Jorge, principal chefe do partido—Balanço no Mearim—cuja influencia gerada no mando e no terror do bacamarte, tem-se por elle conservado até hoje; e não foi certamente quando esteve eu no Mearim, que, conforme é publico, Joze Carlos de Mesquita (por alcunha o Calombo) com um desertor espaneirão, no lugar denominado—Bonfim—o filho do velho Justino, e Joaquim Joze da Apresentação, deixando-se por morto o 1.º; que, Firmo Antonio de Figueiredo, filho do Coronel Figueiredo, e mais um pardo aggregado deste, e hoje vaqueiro de Sarmento, deraõ contra Joaquim Antonio Franco dois tiros, um no Matto-Grosso, em 23 de novembro, e outro quando elle se achava dentro da casa—Fazenda do Retiro—de Raimundo Benedicto; que Manoel Maria (por antonomasia o Pitomba) patrocinado de Amorim, e um tal Gonçalo, espaneirão um homem, que havia sido vaqueiro de Roza filho; que Francisco dos Anjos fora, com 8 homens armados, á caça do Collector, obrigando a este a fugir para esta Cidade afim de escapar á algum assassinio; que Joaquim Joze Nogueira pizera um esquife na porta do Capellão do Arary, e mandara abrir, átraz da Igreja, uma cova, dizendo para nella ser enterrado o Presidente da Camara Municipal, o meo amigo Manoel Francisco Dias; que este mesmo meo amigo Dias fora tocniado no Arary-Merim; que da caça nova de Figueiredo, no Porto-Grande, se dispararão 2 tiros contra o portuguez Borbuleta, de Anajataba, contra o professor do mesmo Arary Lisboa, e Juvencio Marinho; que foram finalmente assassinados o Sebastião de tal, e o Penteado por um preto de nome Victor, com promessas d'allforria &c., &c.

Todos estes factos, Sr. Redactor, segundo fama é, praticados, e mandados praticar por pessoas, algumas das quaes são proeminencias, do lado a que pertence o Dr. Joze Thomaz dos Santos e Almeida, é que deram o susto e terror na população pacifica do Mearim, cujo susto e terror só desaparecerão com a chegada da Tropa d'aqui mandada pelo Exm. Sr. Presidente da Provincia, e depois que foram tomadas diversas providencias para a manutenção do publico sossego.

Ao findar esta correspondencia, veio-me ás mãos o n.º ... do *Observador*, que também comigo se occupa; norem como este Periodico é da mesma facção do *Estandarte*, é de mais a mais escripto pelo *muito conhecido* Sr. Candido Mendes de Almeida, elle, na narração que faço, tem cabal

resposta dos seus escriptos, ou dos de alguém que elle subscreve.—

Nada direi sobre o espirito premeditado porque fui lançado a lince por esses 2 camponeses; porque bem conhecida é a alma do que sem direito ou razão, defende uma causa perdida e mesquinha.—

Sou, Sr. Redactor,
Maranhão 24 de

Janeiro de 1848.

Att.º V.º Cr.º

Joaquim Joze Castanheira.

A REVISTA.

4 de Fevereiro.

—O subdelegado de policia de Monção, Eduardo de Araújo Trindade, levou, como é sabido, um tiro de arma de fogo, do qual ficou em risco de vida. Por occasião disto o juiz municipal e delegado de policia de Viana, Adolfo José Asençio da Costa Ferreira, passou a organizar um processo-crime em que as testemunhas depuseram contra o Sr. Jacinto José Gomes que foi posto em custodia como presumido author do delicto. O juiz de direito da comarca, José Thomaz dos Santos e Almeida, apresentou-se na qualidade de advogado a defender o réu que é seu irmão, e na qualidade de juiz organizou tambem um processo de responsabilidade contra o Sr. Adolfo.

Ora nada é mais natural que o irmão defender o irmão; e o Sr. José Thomaz fora por certo digno de louvor si a isso se tivesse limitado, mas, longe de o fazer, foi muito alem do que era justo, e servio-se de sua autoridade para inutilisar o juiz de seu irmão, o que sem duvida não teria conseguido em sua qualidade de advogado.

Para obviar os inconvenientes que á recta distribuição da justiça devião necessariamente resultar dessa inqualificavel posição em que se collocára o Sr. José Thomaz, de advogado do seu irmão e juiz do juiz do mesmo, ou de parte e juiz a um só tempo, para melhor dizer, o governo provincial ordenára ao chefe de policia interino, Ezequiel Franco de Sá, que fosse tomar conta do processo organizado por occasião do attentado perpetrado na pessoa do subdelegado de Monção, a exemplo do que se praticára no tempo do Sr. Angelo Moniz, quando o chefe de policia, Manoel Cerqueira Pinto, teve de ir continuar o processo intentado aos assassinos do juiz municipal do Rozario, José Candido Gomes da Silva Belfort.

Vai pois o chefe de policia de Viana, toma conta do processo, e continúa na organização delle. Algumas testemunhas se contradizem, e o Sr. Ezequiel não pronuncia, ou absolve o réu que é posto em liberdade, livre de culpa e pena. Estes são os factos em toda a sua nudez e simplicidade.

O Estandarte faz sobre este assumpto um extenso artigo com o titulo de—Noticias importantes de Viana—, e tantas são as contradicções em que cahiu, que é pasmar!

O Sr. Ezequiel é parente remoto do Sr. Franco de Sá, e ao passo q. se faz valer esta circumstancia para lançar o odio sobre o presidente que o mandou a Viana, re-

dem-se altos elogios áquelle magistrado por haver feito justiça, julgando improcedente o summario, e ordenando a sultura do indiciado, sem se lembrar o misero rabiscador do artigo, que os elogios dados neste caso ao Sr. Ezequiel revertem em grande parte sobre quem o mandou. Mas aqui ha inexactidão sobre contradicção, por que não foi o Sr. Franco de Sá quem ordenou ao chefe de policia que fosse a Viana, mas o Sr. Ribeiro que então se achava na administração da provincia.

Uma testemunha da accusação declarou (depois de haver dado o seu primeiro depoimento, ja se sabe), que fora seduzida pelos Srs. Eduardo e Albano para jurar contra o réu; e grande finepé se fez nesta declaração para provar a innocencia do réu, e a maldade de seus accusadores; mas nós, para fazer sentir a quem quer que não for Estandarte, o contra-producente de argumento tão contradictorio e vicioso, não faremos mais que esta simples pergunta: Em que occasião disse essa testemunha a verdade, quando jurou contra o Sr. Jacintho, ou quando jurou contra os Srs. Eduardo e Albano?

Não pretendemos censurar o procedimento do Sr. Ezequiel; pelo contrario quecemos suppor que esse processo estava mal organizado (o que alias não é maravilha entre nós), mas diz-se, que o Sr. Joze Thomaz, ou o juiz de direito da comarca, cava com perguntas e reperguntas a uma e a mesma testemunha tempos infinitos, e por esta forma era quasi impossivel que não fizesse cahir em contradicções, ao menos apparentes, a pessoas ou ignorantes ou timidas.

Mas se o Estandarte é miseravel em argumenta, muito mais o é em principios, porque confunde a justiça com a impunidade.

Que o contemporaneo se alegre com a absolvição do seu co-religionario, bem, é justo; mas que vomite improperios contra os interessados na punição do crime, ou seja particulares ou autoridades, é o que, em verdade, espanta! O Sr. Albano da Fonceca Pinto, porque pediu providencias ao governo sobre o attentado perpetrado na pessoa do subdelegado de Monção, seu tio e sogro, é cuberto de baldões; o mesmo Sr. Eduardo, ou a victima do bacamarte, por que requereu justiça, é cuberto de baldões no seu leito de dor e angustias; o presidente da provincia, porque deo as providencias ao seu alicance para a punição do delicto, é igualmente cuberto de baldões; o juiz municipal em fim que organizou o processo-crime por semelhante motivo, é ainda cuberto de baldões, senão o Estandarte, no Observador que é seu irmão gêmeo. Ui, pois nem um delles se quer, escapou á sua opprobriação! E o que se deve inferir dahi, se não que o contemporaneo deseja a impunidade do crime, ou quando menos a confunde com a justiça? porquanto, do contrario, não incorreria assim em seu desgrado todos os interessados em descobrir o verdadeiro delinquente, pois se não foi o Sr. Jacintho, segundo a sentença de não pronuncia, outro foi de certo, visto que é incontestavel, que o Sr. Ednardo levou o tiro, e esse outro deve ser punido em satisfação a justiça.

O Observador tripudiando de gaudia, segundo sua expressão favorita, pergunta ainda por cima se o governo mandará renovar o processo?

Em vista de sentimentos tão pouco christãos para com as victimas do bacamarte e do punhal, não seremos induzidos a crer, que o triumpho da opposição de que nos falla o Estandarte, relativamente a tão deploravel negocio, não é outro, senão o tiro que levou o pobre do Sr. Eduardo? Ao menos, elle disse parece estar convencido, porque pretende, segundo se diz, mudar de domicilio, privando assim esta provincia de um importantissimo estabelecimento de lavoura. No entanto deve-se confessar que essa alegria feroz a que alludimos, é condigna de uma opposição que mais de uma vez tem dado testemunho de que se compraz com o derramamento de sangue humano, deslembrando aquellas palavras de Jesus Christo—quem com ferro fere, com ferro será ferido.—

Resta agora vêr como o governo imperial tomará esta importante descoberta feita pelo Sr. José Thomaz de constituir-se assim juiz e parte; pois parece justo que, em vista do seu enganoso procedimento, o mande obter triumpho lá para outra comarca, sendo muito de presumir que em quanto elle estiver armado com essa espada de dois gumes nunca será descuberto em Viana o assassino do Sr. Eduardo. E de mais, que especie de justiça se poderia obter desse magistrado em uma comarca em que elle se acha engolfado até ao pescoço no agitado mar das paixões politicas?....

—No dia 1.º de Fevereiro deste anno teve lugar a cerimonia da inauguração da abertura do canal do Arapahy. Assistirão a este acto solemne que se verificou as 3 horas da tarde, pouco mais ou menos, S. Exc.º o Sr. presidente da provincia, Joaquim Franco de Sá, os engenheiros da direcção da obra cujo chefe é o Sr. João Nunes de Campos Junior, e cerca de 30 a 40 cidadãos grades. Conferidas as benções pelo mui reverendo conego, o Sr. Joze João dos Santos, o engenheiro Boyer, encarregado da execução immediata da obra, offereceu a S. Exc.º uma enchada e uma cesta com que S. Exc.º deu principio á exenvação, implorando o divino auxilio. Depois desta cerimonia tão grave, como tocante, os assistentes prorompem em vivas a S. Exc.º e á directoria, e a musica do corpo de policia tocou o hymno nacional.

Está pois começada esta tão desjada obra do furo ou canal do Arapahy, sobre cuja importancia e utilidade ja assás dissemos na Revista anterior, limitando-nos por isso a terminar esta breve noticia com exprimir os mesmos votos que fez S. Exc.º—Dêos proteja esta importante empresa para prosperidade do Maranhão.—

—AVISO.

—MANOEL João Ribeiro, Tenedor e Inventariante dos bens do casal de sua falecida May, D. Lionarda Maria Mendes, viuva do Coronel Lindro Joze Ribeiro, tendo dado principio ao inventario do casal, fez citar a todos os herdeiros tanto presentes, como ausentes, e como alguns d'elles não compareceram, e tem procedido até hoje o inventario a revelia d'elles o tendo agora de proceder-se a conferencia das parcellas, novamente citados os referidos herdeiros que quizerem assistir a dita conferencia por si ou por seus Procuradores hajão de comparecerem assim como qualquer pessoa que se considere ser credor do referido casal haja de apresentar a sua conta, suposto esteja perguntado que nenhuma haverá porque os que haviam estão todos satisfeitos pelo annunciante.

Manoel João Ribeiro.

Maranhão Typographia da—Temperança—Impresso por M. P. Ramos, rua Formosa n.º 2.—1848.